

“FAC ET SPERA. PRO NOBIS LABOREMUS.”: a ação da Associação Beneficente Tipográfica no movimento operário de Belo Horizonte (1900-1930)

Renata Garcia Campos Duarte*

RESUMO: *Faze e confia. Trabalhemos por nós.* Com esse lema era fundada, no ano de 1900, a Associação Beneficente Tipográfica em Belo Horizonte. Este artigo procede de uma pesquisa, ainda em fase inicial, que intenta o estudo da Associação a qual, afora um espaço de auxílio e sociabilidade dos operários tipógrafos, era palco de defesa dos anseios da classe, tendo-se em vista a peculiaridade de um movimento operário alternativo às práticas de movimento operário anarquista e comunista. A despeito dos tipógrafos, a pesquisa propõe a análise de concepções políticas, reivindicações, condições de vida e trabalho, etc. da classe tipográfica, considerada a “elite letrada” do operariado. A imprensa, nesse quadro, ostentava relevante papel, através das publicações da Associação e outros periódicos, que tornavam pública a condição do operariado no seu *fazer-se*, simbolizavam tensões assistidas na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Associação Beneficente Tipográfica; Tipógrafos; Movimento Operário de Belo Horizonte.

ABSTRACT: *Make and trust. Let's work for ourselves.* With this motto was founded in the year 1900, the Typographical Beneficent Association in Belo Horizonte. This article proceeds from a research, still in the initial phase, which brings the study of the Association which, apart from a location of support and sociability of typographer workers, was the scene of defense of the class ambitions, having in mind the peculiarity of an alternative labour movement to the practices of anarchist and communist labour movement. Despite the typographers, the research proposes the analysis of political conceptions, claims, work and living conditions, etc. of the typographic class, considered the "literate elite" in workforces. The press in this context bore an important role through the publications of the Association and other journals, which made public the condition of the worker in his making himself, symbolizing tensions in the city.

KEY-WORDS: Typographical Beneficent Association; Typographers; Worker Movement of Belo Horizonte.

Em 1893, o Congresso Mineiro, reunido em Sabará, decidiu pela mudança da capital de Minas Gerais, que até esse momento localizava-se na cidade de Ouro Preto. Os argumentos para essa alteração foram os mais distintos: desde a inadequação geográfica da antiga capital, até a necessidade de ajustamento ao novo regime político nacional, visto que Ouro Preto era símbolo do “escravismo, [d]o antigo Império, (...) uma cidade do atraso (...)” (VERIANO, 2001:58). Várias cidades foram indicadas¹, e após intensos debates e acirradas disputas, o

* Mestranda em História Social, Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais, da Universidade Federal de Uberlândia.

¹ Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora foram as localidades indicadas para sediarem a capital do Estado de Minas Gerais.

Congresso Mineiro optou pelo Curral del Rei, conhecido também como o Belo Horizonte. Em fevereiro de 1894 foi instituída a Comissão Construtora da Nova Capital, que imediatamente, no mês seguinte à sua criação, deu início as obras da nova capital. E em dezembro de 1897, durante o governo de Bias Fortes, a capital estabeleceu-se na então chamada Cidade de Minas. Somente com o decreto nº 302, de 11 de julho de 1901, a capital foi oficializada com o nome de Belo Horizonte.

Foi necessário para a construção dessa nova cidade mão-de-obra hábil e suficiente, donde percebemos a importância dos operários, muitos dos quais, migrantes de outras regiões do Estado, do país e de demais nações. A crise cafeeira foi responsável por disponibilizar um contingente de mão-de-obra que migrou de áreas em decadência econômica para locais mais promissores, em desenvolvimento, como era o caso da nova capital de Minas Gerais.

Os imigrantes europeus foram importantes elementos para o povoamento da nova capital, que residiam em núcleos coloniais agrícolas (próximos da área urbana), abastecendo a cidade de mercadorias e mão-de-obra. Carlos Veriano menciona que “(...) pela lei n.º 32, de 20 de julho de 1896, o Estado de Minas, procurando intensificar o povoamento da nova capital, começou a criar o sistema de núcleos coloniais agrícolas, urbanos e rurais, dando origem inclusive aos primeiros bairros da *Cidade de Minas*” (VERIANO, 2001:74).

Para melhor compreensão do sistema de criação dos núcleos, cabe tratar do planejamento da cidade, que tinha a Avenida do Contorno como limite urbano e sanitário, a qual separava o centro da periferia, a elite das classes trabalhadoras, sendo o trabalhador um morador/ocupante: residia além do perímetro urbano, todavia era a mão-de-obra empregada nas obras da capital. Em outros termos, “o trabalhador de Belo Horizonte é, ao mesmo tempo, seu construtor e morador/ocupante, portanto um segmento temporário no decorrer do desenvolvimento da cidade, na visão do poder público” (VERIANO, 2001:74).

A população trabalhadora de Belo Horizonte, estrangeira ou não, não podia se fixar na zona urbana da cidade uma vez que o planejamento da cidade tornava esse fato impossível. Além do preço dos lotes ser bastante elevado, as exigências feitas aos que os adquirissem oneravam ainda mais o comprador que deveria ter boas condições financeiras para fazê-lo, o que não possuíam, é claro, os imigrantes e migrantes aqui chegados. Além do mais, o governo desde o início da construção da cidade estabeleceu áreas separadas para moradia de “operários, inferiores e praças da Brigada Policial do Estado”. (DUTRA, 1988:56-57)

É a partir da lógica da construção da cidade, suas tensões e disputas, e da precisão de mão-de-obra que entendemos a organização do operariado em associações. E é nesse entendimento que reside o propósito das minhas reflexões: o estudo do movimento operário

de Belo Horizonte, particularmente sobre a Associação Beneficente Tipográfica, no decurso da Primeira República, especificamente do ano de 1900 a 1930.

A Associação foi criada no ano de 1900 em Belo Horizonte. Frequentemente, imputa-se à morte de um tipógrafo – que em virtude das condições sócio-financeiras de sua família, necessitou de auxílio financeiro de companheiros para a execução do enterro – como evento impulsionador da criação desta. José Maria de Azevedo Júnior, jornalista do *Jornal do Povo*, escreveu – em 05 de abril de 1900 – uma crônica na sessão “Bohêmios” abordando o lamentoso fato ocorrido com o tipógrafo.

Dolorosissimo era aquelle quadro que, por muitas vezes repetido, inspirou á fulgurante penna benemerita de Azevedo Junior uma chronica feliz no seu Jornal do Povo, concitando os typographos de Bello Horizonte a se congregarem para a formação de uma sociedade beneficente que os soccorresse nos momentos adversos. (REVISTA Commemorativa do 20º Anniversario da Associação Beneficente Typographica, 1920:06)

Azevedo Júnior, pela relevância de sua crônica, foi considerado o “fundador mental” da Associação Beneficente Tipográfica, que se consolidou em 29 de abril de 1900 através da organização dos tipógrafos de Belo Horizonte. Entretanto, esse estudo conduz a um outro rumo: anteriormente à da morte do tipógrafo ou à publicação da crônica de Azevedo Júnior, eram correntes as reivindicações, o que nos autoriza a indagar: Quais eram as tensões e disputas dos tipógrafos naquele momento? Quais as aspirações, lutas e resistências que incitaram a criação da Associação?

A Associação, tendo-se em vista os estatutos, pretendia auxiliar os trabalhadores em caso de doença e morte, principalmente. De acordo com os estatutos, a entidade tinha as seguintes finalidades:

1) auxiliar o sócio enfermo que pela gravidade da doença não pudesse trabalhar; 2) concorrer com auxílios para o enterramento do sócio efetivo que falecesse e 3) trabalhar pelo reerguimento e nivelamento social da classe, para solidariedade entre seus membros e também para seus interesses. (ESTATUTOS da Associação Beneficente Tipográfica, 1904)

A partir do trecho dos estatutos percebe-se que além do amparo material aos sócios, a Associação pretendia nivelar socialmente a classe dos tipógrafos e buscar seus interesses enquanto classe. Logo, a pesquisa nos direciona para um universo bem mais amplo como, por exemplo, as discussões sobre descanso dominical, acidentes de trabalho, entre outras, as quais possibilitam pensar a Associação no interior da dinâmica do movimento operário da cidade.

Em texto redigido por Abílio Barreto, o mesmo ao descrever a trajetória de constituição da Associação, a qualifica como “paradigma a todas as outras que se vão

fundando no Estado e em alguns pontos do Brasil” (REVISTA da Associação Beneficente Typographica,1911:03). Ao discorrer sobre a dificuldade de consolidação e a descrença de alguns membros da classe, menciona a importância da Associação não somente em relação aos auxílios materiais, mas como organização responsável pela vitalidade moral da classe:

Não se diga que a Associação Beneficente Typographica veio somente erguer a classe do meio dos infortúnios físicos que a torturavam! Affirma-o, seria negar a importância inquestionável que ella exerceu no organismo depauperado da classe, vitalizando-o physica e moralmente. (REVISTA da Associação Beneficente Typographica,1911:04)

Em meio as atividades desenvolvidas pela Associação Beneficente Tipográfica podemos notabilizar suas publicações, um importante conjunto documental para além de outras fontes – atas e estatutos da Associação e de outras organizações operárias de Belo Horizonte, documentos de Abílio Barreto², legislação municipal e documentos oficiais, anuários estatísticos do Estado de Minas Gerais, jornais operários, entre outras, que evidenciam alianças e contendas entre trabalhadores e outros setores na cidade.

A coleção das revistas comemorativas dos aniversários da Associação Beneficente Tipográfica³, belíssimos trabalhos tipográficos, e o jornal “O Graphico Mineiro”⁴, fornecem diversas pistas à pesquisa. Ostentam poemas e poesias; crônicas; textos de caráter técnico e científico sobre a arte de imprimir; e variados artigos sobre a Associação (acerca da fundação, sócios, diretorias, balancetes), movimento operário (salários, descanso dominical, acidentes de trabalho, cooperativismo, socialismo e comunismo, solidariedade a outras associações operárias), demonstrações de repúdio ou respeito a personalidades da política mineira – muitos dos quais descritos como “amigos” da Associação –, etc. Esses materiais apresentam qualidade gráfica indubitável, preocupação com a composição, imagens coloridas, o que corrobora as potencialidades dos tipógrafos no que diz respeito à profissão.

² Abílio Barreto, quando jovem, trabalhou como tipógrafo e, naquela época, foi um dos fundadores da Associação Beneficente Tipográfica, além de grande contribuidor nas publicações e em outras atividades da mesma. Escreveu diversos livros sobre Belo Horizonte, e quando era diretor do Arquivo Público Mineiro, em 1935, foi convidado à organizar o Arquivo Geral da Prefeitura de Belo Horizonte, que originou, no ano de 1943, o Museu Histórico de Belo Horizonte. Em 1967, dez anos após a morte de Barreto, o Museu recebeu nova denominação, Museu Histórico Abílio Barreto, em homenagem ao primeiro diretor e idealizador da instituição. No acervo do Museu há um fundo que agrega documentos que pertenceram à Abílio Barreto. São anotações, recortes de jornais, rascunhos de obras literárias, etc. Entre esses documentos, alguns foram selecionados para a pesquisa.

³ Foram encontradas, durante o levantamento das fontes, as 11ª, 25ª, 30ª e 36ª edições nos arquivos da Associação Beneficente Tipográfica, e as 6ª, 8ª e 20ª no Arquivo Público Mineiro.

⁴ O jornal principiou em 30 de outubro de 1929 e, ao que parece, extinguiu-se com a edição de número nove, em agosto de 1930. Entretanto, tivemos acesso apenas a quinta edição, que se encontra no arquivo da Associação.

Essas temáticas são em si mesmas relevantes. Não obstante, para além desse conjunto de assuntos contidos nessas publicações, devemos compreendê-las como linguagem, evidências a serem interrogadas – e atentos ao não-dito –, examinadas como modo de inserção dos operários em uma cultura letrada, que aglutina experiências cotidianas dos tipógrafos no fazer-se de sua classe. Nesse sentido, apreende-se linguagem não como simples reflexo da realidade, mero produto social mas, conforme as proposições de Raymond Williams, como ativa e constitutiva, atividade indissolúvel da auto-criação humana, uma prática social, e por conseguinte, dependente de relações sociais dinâmicas (WILLIAMS,1979:27-49).

Marta Emísia Barbosa nos chama à atenção a respeito de aceitar-se a imprensa como “se esta fosse o espelho do mundo, a solução para o entendimento sobre o que está acontecendo, uma fonte secundária, um apoio”. Como alternativa, a mesma sugere que a tomemos como objeto, “agente social que produz ações, intervenções”, problematizada em seus diversos ângulos: “sua natureza social, suas relações sociais, seus processos de instituição” (BARBOSA,2006:267-269). Em um exame às múltiplas concepções e representações dos brancos em relação aos negros, Lilia M. Schwarcz compreende a fonte jornalística como “produto social”, resultado de “um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas”. Propõe, desse modo, descobrir nos jornais a “sobrecorja” de sentidos e significados, a “linguagem do silêncio”, apreendidos “como uma das maneiras como segmentos localizados e relevantes da sociedade produziam, refletiam e representavam percepções e valores da época” (SCHWARCZ,1987:15-17).

As notícias, os fatos selecionados serão entendidos e recuperados, então, não enquanto situações que “realmente” aconteceram e cuja veracidade iremos comprovar, mas antes enquanto situações plenas de significação, sendo nesse sentido mais relevante apreender como se produziram, difundiram e repercutiram às vezes diversas interpretações de um mesmo fato do que buscar uma concepção única, onde se operaria uma síntese empobrecedora das diferentes visões. (SCHWARCZ,1987:15-16)

Um importante estudo de Robert Darnton apresenta novas abordagens ao estudo da Revolução Francesa a partir da ênfase da imprensa como agente, um ingrediente do acontecimento. Ao esboçar o papel das tipografias naquele contexto revolucionário menciona que historiadores ocupam-se da imprensa como registro do acontecimento, quando, ao contrário, dava forma a estes, logo, deve ser redescoberta em sua dimensão constitutiva, pois agente dos acontecimentos.

Qual o papel que a tipografia desempenhou na Revolução Francesa? Os historiadores tratam em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como um ingrediente do acontecimento. Mas a prensa tipográfica ajudou a dar formas aos eventos que registrava. Foi uma força ativa na história, especialmente durante a década de 1789-1799, quando a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública. (DARNTON,1996:15)

Heloísa de Faria Cruz, em estudo concernente a cultura letrada e periodismo nas primeiras décadas de formação da cidade de São Paulo, aborda novas formas de periodismo que dão voz a setores e personagens da cidade antes ignorados ou excluídos, e que passam a compor cada vez mais a cultura letrada da capital. No território da História Social e “portanto, no interior de uma perspectiva que entende a imprensa como prática social e momento de constituição/instituição dos modos de viver e pensar” (CRUZ,2000:20), percebe revistas e jornais de bairros ou operários, por exemplo, como projeção de demandas de vários grupos, que revelam um processo de ocupação/invenção da cidade e expansão/transformação da imprensa periódica paulistana, na transição do século XIX para o XX.

O contato com esses materiais e a identificação de sua crescente articulação com as experiências sociais que constituem a metrópole parecia propor que a expansão/redefinição da cultura impressa, concretizada principalmente pela difusão da imprensa periódica, constituía-se como dimensão importante daquela experiência social. A partir da última década do século XIX, seja através da incorporação das novas formas de produção e representação, seja através da construção de temáticas e formas de contar, o povo e a cidade intrometem-se nas páginas da imprensa. (CRUZ, 2000:19)

Em oposição a um discurso elitista que qualifica a nação como permanentemente não afeita ao letramento, Cruz apresenta diversos projetos e concepções (e seus significados sociais) de setores à margem da sociedade, disputando um lugar na cultura letrada da cidade, já que segundo a visão elitista: “o domínio dos códigos letrados, ‘habilidade fornecida pelos bancos acadêmicos’, permeia o ‘discurso competente’ das elites e articula argumentos preconceituosos de desqualificação de lideranças populares” (CRUZ,2000:17).

Ressalta-se, nesse contexto de inserção de novos personagens na cultura letrada das cidades, os operários, em especial, os tipógrafos. Maria Nazareth Ferreira destaca que:

Toda a extraordinária movimentação que se desenvolveu no seio do operariado brasileiro, do final do século passado até as duas primeiras décadas do atual, foi marcada pela presença do operário gráfico. Justamente por ser esta categoria profissional a vanguarda da organização operária no mundo todo, no Brasil não seria diferente. (FERREIRA,1978:109)

A caracterização dessa classe enquanto vanguarda, que precocemente apresentava consciência de classe, decorria do caráter da própria profissão: a exigência que soubesse ler e escrever, quando parte significativa da população brasileira era analfabeta, remuneração

superior a de outras profissões e, por isso, era “considerado como uma elite entre os trabalhadores” (FERREIRA,1978:109).

É de considerável importância, principalmente no estudo das comunicações, esta particularidade do trabalhador gráfico, isto é, o fato de ser alfabetizado. Tanto foi importante nos albores do desenvolvimento da imprensa – ele se desenvolve justamente com ela – como foi imprescindível elemento de comunicação na popularização das idéias políticas, que vinham no bojo da questão social, ao despojar do século XIX. Desde muito cedo tinha acesso a várias informações, que outros trabalhadores dificilmente teriam, e o que lhe facilitava a tomada de consciência era justamente a possibilidade de acesso diários aos textos nas tipografias e às novas idéias que se avolumavam em forma impressa por todo o século XIX. (FERREIRA,1978:110)

De acordo com Ferreira, essa elite operária com uma prematura consciência de classe sem demora manifestou-se através da organização em associações e sindicatos, igualmente vanguardista: no século XVI, gráficos ingleses e franceses já se comunicavam e demonstraram-se bastante ativos, estes promoveram a Greve de Lião, em 1539, aqueles conquistaram uma regulamentação, a qual limitava o número de exemplares produzidos com cada jogo de tipos, em 1587; na América, gráficos de Nova Iorque decretaram greve, em 1776, e duas décadas depois, organizaram a “International Typographic Union” (FERREIRA,1978:109-110). Darnton menciona a fundação da associação de ajuda mútua dos impressores tipográficos de Paris, em 27 de julho de 1790, que publicava semanalmente seu informativo, o “Club Typographique et Philanthropique” (DARNTON,1996:171). No Brasil, a situação sucedeu de modo semelhante: os gráficos foram os primeiros a constituírem-se em associações, e já no ano de 1858, trabalhadores de alguns jornais cariocas organizaram greve exigindo aumento salarial (FERREIRA,1978:111).

Atentos a essas considerações, algumas reflexões e questionamentos são construídos sobre a Associação Beneficente Tipográfica em Belo Horizonte: Quem eram os escritores e leitores das revistas e jornais da Associação? Eram unicamente tipógrafos? Quais matérias eram debatidas por eles? Em referência aos textos, quais eram e como manifestavam-se valores, concepções e práticas políticas e sociais da Associação e dos tipógrafos? As publicações mediavam as reais aspirações, disputas e pensamentos da classe? Quais os interesses implícitos? Os tipógrafos enxergavam-se como “elite letrada” do operariado? De que maneira? Que valor possuía a educação, formal ou profissional, para os mesmos? Suas publicações desejavam e/ou alcançavam amplitude na classe operária em geral? Longe de encontrar uma “solução” a essas questões, todavia, traçaremos possibilidades.

No contexto do operariado urbano, a partir de certos textos referentes ao movimento operário, os tipógrafos eram considerados “elite letrada”, pelo acesso a escrita e a leitura,

exigências profissionais, e por ser uma classe organizada, da qual experiências, reivindicações e contendas na cidade eram modelos para as demais categorias em suas associações e sindicatos. É interessante observar, nesse sentido, a maneira como eles se auto-referenciavam – no caso de Belo Horizonte – enquanto “honrados artistas” e “nobres operarios do progresso intellectual” (O GRAPHICO Mineiro, 1930:20). Em artigo “O nosso surto intellectual”, Nilo Gualberto refere-se a membros da Associação, considerados literatos, que buscavam sempre o desenvolvimento intelectual nesta:

*[O estado atual da Associação Tipográfica] É o mais animador possível!
Já transpoz crises terríveis; instantes procellosos, teve-os na sua existencia; mas veio, do passado pequenino e obscuro, crescendo, fecunda em espalhar o Bem, abalando-se umas vezes, vegetando outras, como que se retemperando, quasi desaparecendo, mas é, hoje, esta Instituição magnífica, altaneira, irradiando, na Capital mineira, a luz solar da sua influencia e do seu prestigio.
Conta em seu seio individualidades eminentes no mundo da politica, da medicina, advocacia, literatura, sciencias e artes, como Wenceslau Braz, Mello Vianna, Abilio Machado, Léon Roussolières, Mario de Lima, Gudesteu Pires, Nelson de Senna, Juscelino Barbosa, Lauro Jacques, Abilio Barreto, Eduardo Frieiro, Carvalhaes de Paiva e muitos outros; commerciantes, industriaes, etc.
Contudo, o que sobremaneira a engrandece, é a operosidade, o character honesto, o pendor ao trabalho da sua maioria, qualidades estas que a nobilitam, tornando-a um padrão e um exemplo de união e esforço, na fraternidade mineira. (O GRAPHICO Mineiro, 1930:33-35)*

Devemos salientar que alguns dos sujeitos citados eram membros honorários ou beneméritos, logo, não eram, em sua maioria, tipógrafos; contudo, isso revela a amplitude da Associação, que deve ser vista, também, como um espaço de sociabilidade de intelectuais da cidade, aonde fundiam e se confundiam com tipógrafos em um espaço alternativo à cultura letrada hegemônica e, possivelmente, se identificavam com as disputas e tensões da classe na direção de suas conquistas e embates cotidianos, de melhores condições de vida, salários, etc.

Maria Nazareth Ferreira ao apontar as vantagens que os gráficos em geral possuíam em relação às outras categorias de trabalhadores, destaca um obstáculo:

Várias foram as ocasiões em que os gráficos foram considerados elite operária, no seu sentido classista e não de liderança: “Tanto assim é que no século XIX as histórias do movimento operário, escritas pelos socialistas, se queixam do ‘snobismo’ dos gráficos e de seu comportamento semelhante ao de uma casta”. No Brasil acontecia o mesmo, quando no início do século atual se encontram vestígios de desentendimento (político) entre os gráficos e outras categorias profissionais: um jornal operário, em 1909, chamava os gráficos de “aristocracia linotipista” e “grupo aristocrático e privilegiado”. (FERREIRA, 1978:111)

O artigo publicado na revista “O Graphico Mineiro”, sob título bastante esclarecedor, “O tipographo, na sociedade, o que é, em verdade, e o que vale”, trata a exclusão, muitas vezes inerente à classe, na capital mineira. Salienta, entretanto, a existência de uma

agremiação, a Associação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, que aceitava como sócios os tipógrafos, reconhecendo-os como trabalhadores com necessidades como quaisquer outros (O GRAPHICO Mineiro,1930:10). Por outro lado, notamos indícios na direção contrária: a insistência dos tipógrafos para que os mesmos se concentrassem em apenas uma associação, a Beneficente Tipográfica, que, assim, fortalecer-se-ia, ao invés da participação ou criação de outras com o mesmo propósito, o que poderia dividir a classe. Essa tenacidade, a relevância de engrossar-se a Associação, está expressa no texto “O salario dos graphicos”, reservado ao protesto de baixos salários, no qual é mencionado o caso de um estabelecimento cujos tipógrafos reclamaram de seus salários com o diretor, que não acatou a reivindicação; a situação só foi solucionada com o diretor seguinte, que aumentou seus salários, tornando-se, a partir daí, amigo e companheiro dos tipógrafos da empresa.

Esse e outros tantos debates encontravam forma nas publicações da Associação. Nesse aspecto, um texto, “Aos Operarios”, autoria de Alcides B. Ferreira, traz à tona as acepções da fonte impressa, particularmente a revista da Associação, para aqueles trabalhadores:

Está cumprida a promessa da Associação Beneficente Typographica, de comemorar seu sexto aniversario, publicando uma Revista que preenchesse ao duplo fim – trazer a publico o desenvolvimento progressivo da Associação, e ser o inicio da campanha que, fóra do circulo de defesa pessoal e protecção material de seus socios, tem ella de travar (...).

(...) Que os ensinamentos contidos nas paginas que se seguem, nos aproveitem, e que nos aprestemos para a lucta, não nos acovardando deante dos empecilhos que a toda hora nos atalharão, nem nos envaidecendo com as conquistas que formos fazendo dos nossos direitos, até hoje usurpados. (REVISTA Comemorativa do 6º Aniversario da Associação Beneficente Typographica,1906:09-10)

Apreende-se, então, para além de seu papel informativo, a publicação enquanto constitutiva, agente dos acontecimentos; evidencia alianças, disputas, conflitos, pressões e limites experimentados pelos tipógrafos nas relações sociais. Compete ao historiador, no que se refere à imprensa, seus jornais, revistas, panfletos, indagá-la não somente como produto de homens em determinado tempo, mas também como agente do processo social, rica em significados, e considerar o não-dito, o que e por que foi silenciado, o modo como sujeitos compreendiam a sociedade, buscavam espaços e apresentavam projetos alternativos.

Em vista dessas exposições a respeito dos tipógrafos na cidade de Belo Horizonte, outras investigações tornam-se necessárias: Quais eram as concepções e práticas sociais e políticas da Associação Beneficente Tipográfica e dos sujeitos formadores desta, os tipógrafos, agentes sociais indispensáveis para a consolidação da associação da classe tipográfica da capital mineira? Como se dava a relação da Associação com seus membros, sócios beneméritos e honorários, a ação católica, demais associações operárias e outros

personagens e setores da sociedade? Quais as razões de sua fundação? De que maneira os tipógrafos atuavam nesta? Que ações foram promovidas pela Associação no movimento operário da cidade? De que modo contribuiu e atuou no movimento operário de Belo Horizonte? Quais eram as reivindicações dos tipógrafos? Eram reivindicações e disputas de todo o movimento? Como era o cotidiano, as condições de trabalho e os modos de vida desses trabalhadores? Como os tipógrafos em suas ações e atividades viam e viviam na cidade? Esses questionamentos nos conduzem a entrever os tipógrafos e a Associação não apenas em si mesmos, mas em suas relações mais amplas e complexas com a cidade, seus conflitos e disputas, e os inerentes significados históricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Marinalva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marta Emísia J.. Sobre História: Imprensa e Memória. In: MACIEL, Laura A. et al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 262-272.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC/FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.
- DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (Orgs.). *A Revolução Impressa: A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas; Instituto Nacional do Livro (Brasil). *Caminhos Operários nas Minas Gerais: um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República*. São Paulo: Hucitec; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A Imprensa Operária no Brasil: 1880/1910*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: Tempo da Imprensa Alternativa*. São Paulo: Scrita, 1991.
- MACIEL, Laura Antunes. De “o povo não sabe ler” a uma História dos Trabalhadores da Palavra. In: MACIEL, Laura A. et al. *Outras Histórias: Memórias e Linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 273-298.
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no Final do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- THOMPSON, Edward. P.. *A Miséria da Teoria: ou um Planetário de Erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- VERIANO, Carlos Evangelista. *Belo Horizonte: Cidade e Política: 1897-1920*. 2001. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.